

FUNDAMENTOS POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

João Vicente Hadich Ferreira ¹

RESUMO

A formação de professores no Brasil, campo de disputa ideológica, enfrenta desafios constantes. Caso da desvalorização e desrespeito à carreira docente, a precarização, a instabilidade de propostas de formação que, nem se institucionalizam e já são interrompidas ou, ainda, os efeitos da colonização direta da lógica gerencialista e privatista que permeia propostas de formação capitaneadas pelo modelo neoliberal. Importante a luta histórica de entidades representativas da Educação e da formação de professores, como a ANFOPE, a ANPED e o Forpibid-rp, entre outras, que desnudam contradições e intencionalidades perversas do Capital para o campo educativo. Contudo, por que a resistência docente parece tão insípida? Por que alguns professores se seduzem pelo neoconservadorismo extremista que se apresenta, ou por modelos escolares antidemocráticos e anti-educativos, como as escolas militares? Nesse contexto, provocamo-nos a pensar a formação de professores a partir do recorte dos fundamentos políticos da educação, objetivando demonstrar a importância de uma formação política, na perspectiva de uma educação emancipadora e libertadora, contra toda barbárie. Adotando como procedimento metodológico a pesquisa em fontes bibliográficas, apresentamos como principais referenciais teóricos Paulo Freire (2011), Theodor Adorno (1995) e Hannah Arendt (2010). Nesses tempos de recrudescimento do autoritarismo, cada vez mais “à vontade” na sombria atmosfera do fascismo que permeia nossa sociedade neoliberal e antipolítica, almeja-se o domínio, o controle e o fim da política pelo constante flerte com modelos totalitários travestidos de inovação, operacionalidade e eficiência. Entendendo a política como condição humana para a ação e o exercício da liberdade, que se dá na esfera pública, pensando na formação docente, concluímos que a proposta de uma educação emancipadora e libertadora não poderá abrir mão exatamente de sua prerrogativa, que implica a formação para a autonomia, a vida democrática e a constituição de um mundo comum, contra as perspectivas totalitárias.

Palavras-chave: Educação, Emancipação, Política, Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

Pensar, discutir e trabalhar pela formação de professores, ontem e hoje, tem sido um dos grandes desafios diante de um mundo administrado e, cada vez mais, determinado pela lógica do capitalismo. Nesse contexto, ao propormos um ensaio sobre a docência, em seu processo formativo, a partir dos fundamentos políticos da educação, desafiamo-nos a pensar essa questão diante desse modo de produção e sua dominação.

Alimentado por suas crises cíclicas, cada vez mais constantes, o modelo capitalista avança ferozmente sobre tudo e sobre todos que possam representar, de alguma forma, o

¹ Doutor do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, joaohadich@uenp.edu.br;



desnudamento de suas contradições, solapando direitos e reorganizando o mundo em seu formato a partir de suas dissimulações.

Campo de disputa ideológica, a formação docente vai do descaso de governantes à intencionalidade de um controle moralista da ação do professor por movimentos protofascistas atuais. Passa pela implementação de “planos de educação” que não conversam com os educadores à abertura, na esfera pública, para o domínio dos interesses privatistas voltados para o empresariamento da educação.

Perpassa ainda, pela desvalorização e desrespeito com a carreira docente, precarização, instabilidade ou estabelecimento de propostas de formação que, nem se institucionalizam, ou sequer são avaliadas, já são revogadas para a implementação de outras mais alinhadas às ideologias de governos de plantão e interesses voltados para o mercado, não para a educação. Efeitos da colonização direta da lógica gerencialista e privatista que permeia propostas de formação capitaneadas, na conjuntura atual, pelo modelo neoliberal.

É fato que, no Brasil, no campo da Educação e da formação de professores, há que se destacar a importância da luta histórica e contínua de educadores e de entidades representativas, como a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), o Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais dos Programas Pibid e Residência Pedagógica (Forpibid-rp) e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), por exemplo, entre tantas outras, que resistem a essa lógica mercadológica.

Desnudando contradições e intencionalidades perversas de um modo de produção que sempre e, cada vez mais, expropria o trabalhador e violenta e desumaniza os existentes, esses fóruns, associações e entidades em geral, são espaços políticos e politizadores que nos lembram a importância da resistência e a potencialidade das mudanças. Potencialidades que passam pela formação e exercício do pensamento democrático.

Contudo, por que, apesar de tantos esforços, a resistência docente parece tão insípida e tão pouco fortalecida? Por que, além de pais ou pessoas da sociedade em geral, mais propensas ao senso comum, também professores se seduzem pelo neoconservadorismo extremista que se apresenta, ou por modelos escolares antidemocráticos e anti-educativos, como o Escola sem Partido, o *home schooling* e o processo de militarização das escolas?

Apesar dos ataques à Educação, aos educadores e à carreira docente, por que também muitos professores têm se eximido da participação e da mobilização sindical, adesão que se faz necessária e condição importante para a luta da categoria?



Por fim, considerando-se que, na formação de professores nas licenciaturas, em tese, apresenta-se a exigência de uma formação para além da questão didático-metodológica, que implica no processo de compreensão dos fundamentos da educação, o que estaria faltando?

Nesse contexto, olhar para a formação de professores, a partir dos fundamentos políticos da educação, é uma hipótese que apresentamos no sentido de que há uma potencialidade nesse processo. Tratar dos fundamentos políticos da educação é tratar da política e da educação e, inevitavelmente, da relação entre ambas e, como nos apontava Paulo Freire (2011), da tese de sua indissociabilidade. Para ele, o ato pedagógico e o político não se separam, pois, todo ato de educar é um ato político. O que não implica que eles se confundam, pois o que Paulo Freire tenta compreender é “o pedagógico da ação política e o político da ação pedagógica” (Freire, 1979, p. 10).

Retomando a questão da formação de professores, o que nos impulsiona a pensar uma formação política nessa perspectiva, é a compreensão de que a educação deve ser um processo emancipador e libertador, tanto para educadores quanto para educandos. E, nesse contexto, é fundamental que quem tem como função contribuir com o processo de formação de outros, seja bem formado também. Por isso, para o filósofo Adorno (1995), a partir da existência de *Auschwitz*, a premissa primeira para a educação é a de que seja uma educação contra a barbárie. Para o pensador, uma educação política.

Nesse sentido, objetivamos demonstrar a importância de uma educação política na perspectiva de uma formação democrática, que é exatamente o contrário do que se propõe dentro de um contexto em que prevalece a lógica do mercado.

Compreendendo a educação como um processo formativo em que se almeja a emancipação humana, fundamental para a constituição de um mundo democrático, olhamos para a formação de professores a partir desse recorte dos fundamentos da educação, a esfera da política.

Não se trata, evidentemente, de um processo de “doutrinação política”, ou de partidarização política, como alardeiam de forma desonesta os defensores de perspectivas totalitárias que visam o controle do exercício da docência, pressuposto dos adeptos de movimentos como o Escola sem Partido, por exemplo.

Ao contrário, o que está em questão é o entendimento de que a política é a condição de exercício da liberdade humana (Arendt, 2010), espaço para o pensamento e a ação dos homens, que podem se manifestar, propondo-se pela constituição de um mundo democrático. Por isso, uma formação política do educador parece imprescindível para a compreensão dessa condição.



METODOLOGIA

Como um trabalho de cunho conceitual, adotamos como procedimento metodológico para o presente ensaio a pesquisa em fontes bibliográficas de autores e comentadores pertinentes à discussão proposta, destacando como principais referenciais teóricos Paulo Freire (2011), Theodor Adorno (1995) e Hannah Arendt (2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

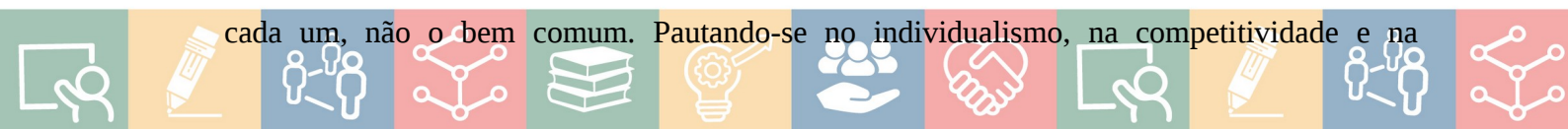
Em sua expressão mais elaborada nesse momento contemporâneo, representada pelo neoliberalismo, o capitalismo alcança um estágio extremamente eficiente de dominação. Se a luta parecia clara depois da virada epistemológica do marxismo e suas análises sobre a sociedade do trabalho e o modo de produção capitalista, no estágio atual, apesar da continuidade da batalha contra a expropriação dos direitos da classe trabalhadora, por exemplo, oblitera-se a percepção dos existentes pela apropriação do modelo neoliberal.

Introjetado ou introjetando-se como modo de vida e de pensamento, o neoliberalismo se apresenta não como uma perspectiva política, como poderíamos imaginar pensando o liberalismo clássico, ou o socialismo, mas, ao contrário, como a própria antipolítica.

Estabelecendo-se como uma racionalidade (Chamayou, 2020), é mais do que uma perspectiva econômica de renovação do clássico pensamento liberal na sua faceta política. Pode inclusive se dar ao luxo de ser antiliberal. Simbiótico com o autoritarismo, o que aparece nas entrelinhas é uma pretensão totalitária de dominação de tudo e de todos, essência do próprio capitalismo. Por isso, é possível falarmos em uma tirania do neoliberalismo.

Desse modo, desnuda que a democracia é um detalhe para o Capital, pois esta, se fortalecida e amadurecida, pode atrapalhar seu expansionismo e a implementação de reformas econômicas e sociais que poderiam gerar contraposição popular, se discutidas e esclarecidas. A democracia, nesse sentido, entendida não como uma forma de governo, mas como a forma da vida política, que implica na condição humana (Arendt, 2010) para o exercício da liberdade a partir da ação dos homens em um mundo público.

Diferentemente da democracia, contudo, o neoliberalismo se estabelece exatamente como sua oposição, seu reverso ao propor não um mundo democrático, mas um mundo antidemocrático, privado, em que se cria a ideologia de que deve prevalecer o interesse de cada um, não o bem comum. Pautando-se no individualismo, na competitividade e na



meritocracia, prepara-nos para um mundo de descartabilidade, do consumo pelo consumo, carente de sentido e significação.

O que almeja prevalecer, nesse construto, é a operacionalidade e a eficácia produtiva, no ocultamento das contradições que promove o capitalismo e sua gestão, além do estabelecimento de uma ideia de liberdade absoluta do indivíduo, ainda que esta seja claramente irrealizável pela própria antinomia que representa. Ou seja, se todos temos um direito à liberdade absoluta, que não pode ser tolhida de forma alguma, como se garante a liberdade de cada um e de todos, nesse contexto?

Por isso, o que produz tal concepção na realidade é, inversamente, uma guerra de todos contra todos, parafraseando Thomas Hobbes em suas análises sobre o estado de natureza e o surgimento do Contrato Social.

Nesse construto, ao mesmo tempo que fortalece a ideologia do individualismo e da responsabilização unicamente do indivíduo pelo seu fracasso, dissimula-se socialmente, no ataque à esfera pública, que o neoliberalismo implica

[...] na decisão de cortar o fundo público no polo de financiamento dos bens e serviços públicos – ou dos direitos sociais – e maximizar o uso da riqueza pública nos investimentos exigidos pelo capital, cujos lucros não são suficientes para cobrir todas as possibilidades tecnológicas que ele mesmo abriu. O neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado (Chauí, 2022, p. 88).

Desdobramento desses processos e ações, é o revigoramento do autoritarismo no contexto da polarização política que se estabelece e que promove, manipulando as subjetividades, o ódio à política, que favorece o fascismo. Por isso, como a introjeção de um modo de vida que vai se estabelecendo contra a política, o neoliberalismo vai aprimorando a estrutura do capitalismo e a administração dos existentes pela via da economia, formando-nos por um processo economicista da existência, não pela potencialidade de uma educação emancipatória, muito menos política.

Submete-nos, assim, dia após dia, à continuidade e à aceitação do *Estado de exceção* a que se referia Walter Benjamin (2012) em suas *Teses sobre a história*, estabelecendo-se como um tempo de barbárie que, nada mais é do que a sombra de *Auschwitz* que continua a cobrir nosso mundo contemporâneo. Nesse sentido, para Adorno (1995), a premissa para a educação de impedir que *Auschwitz* se repita é mais do que um apelo. É a constatação, não de um evento que ficara no passado, mas da irrupção da barbárie que se apresenta num *continuum*.



Por isso, faz-se necessário não desprezar a história e a memória. O risco da normalização da barbárie no dia a dia, e o fato de resistirmos a elaborar o passado, são alguns dos fatores que nos acompanham em nosso processo civilizatório que, como demonstrava Freud (1978), está prenhe do anticivilizatório. Quando normalizamos a violência, a ruptura democrática, o ódio à política, o autoritarismo ou apagamos a memória de coisas que nunca deveriam ter acontecido, reforçamos a barbárie que se estabelece no cotidiano.

Nesse sentido, podemos considerar a existência de uma linha tênue, que poderia ser traçada, por exemplo, pela continuidade de ideias da Ditadura, expressas no imaginário popular e na sanha governamental de alguns políticos através do apoio à militarização das escolas e, na outra ponta, o apoio e a defesa da tentativa de golpe contra a democracia. A impunidade para as atrocidades cometidas no período da Ditadura Militar no Brasil continua reverberando, cada vez que encontra espaço, nesse imaginário pseudoconservador que ataca a democracia.

Não muito longe daqui, poderíamos pensar nessa perspectiva a partir do alinhamento e apoio irrestrito das big techs ao governo Trump e suas propostas antidemocráticas e imperialistas, considerando que é um governante que também tentou um golpe de Estado e que saiu impune, sem nunca ter escondido seu projeto de destruição da democracia. Por isso, a liberação das Redes Sociais para a propagação do ódio e para o ataque à democracia e às minorias, de um lado, e a caçada em massa aos imigrantes, sua prisão em jaulas para a deportação ou a transferência para a prisão de Guantánamo, de outro, não são fatos isolados. Representam a antessala do que já vimos acontecer. Em algum momento, passar para a fase da construção de campos de concentração e o genocídio não seria mera coincidência. Seria desdobramento.

Dado tal cenário, pensar sobre a importância da política e a perspectiva da ampliação e fortalecimento da esfera pública apresenta-se como potencialidade para se pensar a resistência. Na concepção adorniana, uma resistência contra a barbárie.

Nesse sentido, sem ufanismos, considerando-se apenas como hipótese, uma educação política, para o entendimento e a vivência da política, para a criação de uma consciência verdadeira, como propõe Adorno (1995), seria potencialmente um problema para a expansão capitalista em sua vertente neoliberal. A consciência política exigiria a ampliação da vida entre os iguais (Arendt, 2011), na esfera pública, implicando no desnudamento das contradições ocultadas pela ideologia capitalista. A política, em sua expressão democrática, uma vida que se dá entre as mulheres e os homens, emancipados, na vivência da sua



diversidade e pluralidade, na constituição e preservação de um mundo comum, não é o que se prevê no projeto neoliberal.

Ao contrário, é exatamente no afastamento da política, ou na proposta de destruição dessa que se apresentam e encontram maior adesão, fortalecidos pelo “viver neoliberal” e pelo ressentimento contra a democracia, os projetos autoritários e totalitários de sociedade que exalam, continuamente, o odor desagradável dessa atmosfera bem conhecida desde o início do século XX e que continua envolvendo o presente, o fascismo.

Ao apresentarmos, assim, a necessidade e a importância da formação política num tempo que está sob a égide do neoliberalismo, o pano de fundo que se estabelece é o olhar para a relação entre educação e política, considerando a educação como um processo emancipatório na preparação para um mundo público, espaço que possibilita a vida política e o agir humano.

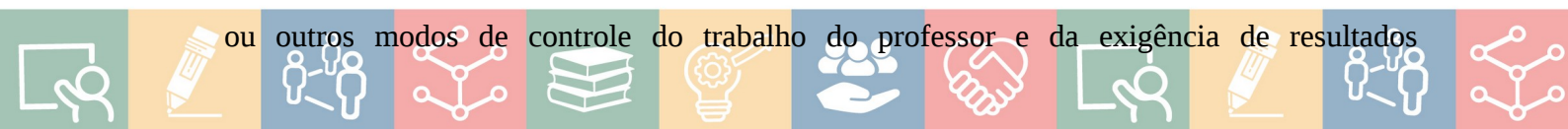
Evidentemente que não é uma panaceia o que propomos, e a ideia da formação política aqui ensaiada não exclui ou desconsidera a necessidade da integralidade da formação docente em todas as áreas que competem à docência, como a Didática e as Metodologias, ou em todos os campos ligados aos Fundamentos da Educação, caso da Sociologia, História e Psicologia.

Contudo, partimos da hipótese de que tem acontecido um processo cada vez maior de desconsideração por uma formação política, com a consequente despolitização dos educadores. Submetidos à lógica das habilidades e competências, por exemplo, que continuamente permeiam os documentos oficiais que tratam da formação de professores, privilegia-se a ideia de uma formação atrelada ao peso das metodologias e práticas de ensino, que são meios necessários para fins desejados, em detrimento da formação docente em uma perspectiva humanizadora e politizadora.

No domínio do modelo neoliberal, afasta-se a Educação e o educador da discussão de seus fundamentos, de discussões que se fazem necessárias para pensarmos a atual conjuntura, para nos organizarmos politicamente e resistirmos às imposições que se estabelecem, sem muitas possibilidades de questionamentos.

Governos e Conselhos de Educação apresentam propostas, em sua grande maioria, determinadas e atreladas à uma lógica mercadológica, empresarial, operacional, à margem ou totalmente contrárias a uma perspectiva emancipatória de formação humana. Sob o véu tecnológico, dinamizam suas implementações, estabelecem-nas como políticas governamentais, sem uma real preocupação com a educação, mas buscando a produtividade e a efetividade de sistemas atrelados a contextos como os da plataformização, apostilamentos

ou outros modos de controle do trabalho do professor e da exigência de resultados



quantitativos no processo de escolarização, para atender ou alcançar *rankings* estabelecidos por parte das avaliações de larga escala.

Para Bernard Charlot (2020), vivemos uma crise antropológica. Segundo ele, há a ausência da discussão antropológica no campo da Pedagogia, nos dias atuais, sendo a formação pautada pela lógica do desempenho e da concorrência. Perde-se a questão da finalidade da educação, da concepção do humano. Nos esclarece Charlot (2020, p. 67-69):

Quando a lógica dominante é a do desempenho e concorrência, não é mais questão de finalidade maior, nem de figura humana desejável, mas o uso eficaz de si mesmo para não ser um perdedor (*loser*) e para estar entre os mais ricos, mais famosos, mais poderosos, e mesmo os mais belos, em uma situação de comparação e hierarquização permanentes e generalizadas. De modo que as práticas e discursos pedagógicos funcionam hoje sem referência antropológica. Por que estudar? [...] Da mesma forma que uma prática pedagógica não é mais avaliada em relação a certa concepção de ser humano, mas a partir de uma posição nas classificações internacionais cujos critérios, de fato, não são colocados em debate: são critérios evidentes (ou aparentemente evidentes...) de eficácia e de produtividade dentro de uma economia liberal globalizada e competitiva.

Enredados numa crise da formação, somos engolidos de forma avassaladora pela lógica neoliberal, que chega ao dia a dia das escolas e, no desdobramento da prática docente, que perde seu contexto de *práxis*, transforma o trabalho do professor em cumprimento de metas e atendimentos de demandas de controle burocráticas, raramente lhe sobrando tempo para pensar e discutir seu pensamento com os pares. Pressionados para a implementação e o cumprimento das regras e determinações demandadas por Leis e Resoluções estabelecidas, falta muitas vezes a leitura política que possibilitaria o questionamento e a condição para enfrentamento a partir de, talvez, uma simples pergunta: por que?

Nesse contexto, reforçando a questão da formação de professores em nossas licenciaturas, a partir de um olhar político, concordamos com a consideração de Marilena Chauí (2022, p. 110) de que, “[...] nossa primeira tarefa, enquanto universitários, é o combate lúcido ao que impede a democracia e a ética democrática na sociedade contemporânea”. A autora está analisando a universidade e as questões da ideologia neoliberal e, nesse sentido, é importante destacar a conclusão do seu estudo, nesse tópico:

O que quis enfatizar é que, se não lutarmos contra o neoliberalismo, nossas tentativas para reconstruir a escola pública nos seus três graus estará prometida ao fracasso. O neoliberalismo não é uma lei natural nem uma fatalidade cósmica, nem muito menos o fim da história. Ele é a ideologia de uma forma histórica particular assumida pela acumulação do capital, portanto, algo que os homens fazem em condições determinadas, ainda que não o saibam, e que podem deixar de fazer se, tomando consciência delas, decidirem organizar-se contra elas. Walter Benjamin



escreveu que era preciso narrar a história a contrapelo, narrando-a do ponto de vista dos vencidos porque a história dos vencedores é barbárie. Temos simplesmente de ter a coragem de ficar na contracorrente e a contrapelo da vaga vitoriosa do neoliberalismo. Afinal, como dissera La Boétie, só há tirania onde houver servidão voluntária (Chauí, 2022, p. 110-111).

Considerando o pano de fundo que estabelecemos na relação entre educação e política e a preparação para o mundo público, *lócus* efetivo da possibilidade da ação humana, enquanto potencialidade transformadora da realidade e condição de constituição de um mundo comum, reforçamos a hipótese de que, no olhar para a formação de professores, faz-se necessário um resgate, ou investimento mais efetivo, da formação política.

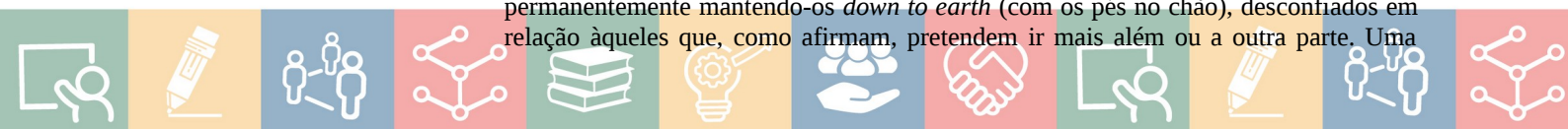
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o pensamento adorniano, uma educação contra a barbárie de Auschwitz, que ainda permeia nosso mundo, é uma educação política. O que está em jogo na política, nesse sentido, não é a nossa vida pessoal, privada, de um indivíduo qualquer, mas a continuidade e a construção de um mundo comum (Arendt, 2004).

Contudo, em um mundo em que o legado tem sido a barbárie, educar para a resistência que permita combater tal herança, é fundamental. No processo educativo, o movimento dialético se apresenta no *continuum* da formação. No desnudamento das contradições, que visa emancipar o pensamento e a existência, almeja-se uma proposta que não esteja restrita à formação do educador, mas que garanta também, ao educando, o alcance da autonomia e a experiência do encontro consigo mesmo, na constituição de um projeto de si e de um mundo comum.

Dada a responsabilidade dos educadores num mundo pós-Auschwitz, formar para a emancipação é educar para a resistência contra a barbárie. Não será a escola capaz de resolver tudo, mas nesse espaço, *lócus* que pode ser o primeiro para a resistência, acreditamos que seja possível avançarmos em perspectivas emancipatórias. Isso requer, inevitavelmente, a responsabilidade para com os novos, como nos alerta Hannah Arendt (2011) e o olhar para a formação de professores e investimentos públicos, como destaca Adorno (1995, p. 116):

Mudanças de fundo exigem pesquisas acerca do processo da formação profissional. Seria preciso atentar especialmente até que ponto o conceito de “necessidade da escola” oprime a liberdade intelectual e a formação do espírito. Isto se revela na hostilidade em relação ao espírito desenvolvido por parte de muitas administrações escolares, que sistematicamente impedem o trabalho científico dos professores, permanentemente mantendo-os *down to earth* (com os pés no chão), desconfiados em relação àqueles que, como afirmam, pretendem ir mais além ou a outra parte. Uma



hostilidade, dirigida aos próprios professores, facilmente prossegue na relação da escola com os alunos.

Estes são mecanismos de violência contra os quais uma educação política precisa resistir. Inevitavelmente, uma educação política terá que ser também politizadora. Em sua amplitude, para além da transmissão de conteúdos ou da aplicabilidade de práticas de ensino e metodologias, meios para facilitar e organizar o processo educativo, implica uma educação política e politizadora na compreensão de que, quem forma o educando, também se forma. É práxis que se efetiva, superando a dicotomização entre teoria e prática na perspectiva dialética e dialógica, que busca a autonomia dos existentes, a emancipação e a libertação, promovendo a transformação da realidade (Freire, 2011).

Nesse sentido, enriquecendo nossa análise, concordamos com o pensamento de Adorno (1995) ao arriscar-se a apresentar sua concepção inicial de educação. Registra o pensador:

A seguir, e assumindo o risco, gostaria de apresentar a minha concepção inicial de educação. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a *produção de uma consciência verdadeira*. Isto seria inclusive da maior importância política; [...] (Adorno, 1995, p. 141 – *grifos do autor*).

Complementando a ideia, concluirá o filósofo, destacando a questão da democracia:

[...] uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado. Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia (Adorno, 1995, p. 141-142).

A partir dessas análises, não pressupomos uma resposta definitiva como saída para a educação e a formação de professores. Em tempos de barbárie, a resistência a toda forma de *não educação* já nos parece uma promissora possibilidade de formação política. Para tanto, é preciso pensar a contrapelo (Benjamin, 2012).

Nesse entendimento, caminhamos na compreensão da indissociabilidade entre educação e política e necessidade da resistência contra a barbárie. A importância da democracia e sua fragilidade precisam ser objeto de cuidado por todos aqueles que a entendem como condição fundamental para o exercício da vida política e da existência da



esfera pública. Dialética na sua relação e, deviriana na sua vivencialidade, uma educação política é uma educação para o pensamento, para o processo de conscientização, que nunca se esgota, e que exige elaborar o passado para construir o futuro, vislumbrando um *verdadeiro estado de exceção*, como nos desafiava Benjamin (2012). Condição que precisa ser implementada com os oprimidos (Freire, 2011) que, até hoje, não conheceram outra coisa em nome do progresso, que sempre prometeu, mas nunca implementou, um *não estado de exceção*.

Nesse contexto, a falta do espaço público, ou sua destruição, representam a impossibilidade do exercício da liberdade, razão de ser da política, como nos ensina Hannah Arendt (2011) em seu clássico texto *O que é liberdade*.

Sob os auspícios do neoliberalismo, portanto, em tempos de mídias sociais e comunicação *full time*, em que o senso comum se apropria de uma ideia de *não política* que se propaga nas Redes Sociais, que em seu projeto consagra a despolitização, uma temerária concepção se estrutura, pelo ódio à política que desenvolve, que é a do fim da política.

Concluindo com Paulo Freire (1996), compreendemos que a prática educativa, dotada de intencionalidade, não é neutra. Apresenta um caráter político. Nesse sentido, em acordo com o esperar freireano, acreditamos que a história é *devir* e, como responsáveis por ela, devemos nos apresentar sempre dispostos a modificar e repensar, ética e politicamente, o que for necessário e possível para que não tornemos inexorável o futuro que se delinea. Especialmente quando ele se apresenta sombrio.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. São Paulo: Editora Forense – Universitária, 2010.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Editora: Ursula Ludz. Trad. Reinaldo Guarany. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. Pref. Jeanne Marie Gagnebin. 8. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v. 1).



CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável:** uma genealogia do liberalismo autoritário. Título original: *La société ingouvernable: Une généalogie du libéralisme autoritaire*. Trad. Letícia Mei. Pref. Yasmin Afshar. Coleção Explosante (coordenação Vladimir Safatle). São Paulo: Ubu, 2020.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência.** Org.: André Rocha. 1. ed. 5. reimp. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2022. (Escritos de Marilena Chauí, 3)

CHARLOT, Bernard. **Educação ou Barbárie:** uma escolha para a sociedade contemporânea. Trad.: Sandra Pina [revisão técnica do autor]. São Paulo: Cortez, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Trad: Moacir Gadotti e Lilian Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Coleção Educação e Comunicação vol. 1)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREUD, Sigmund. **Textos escolhidos.** Coleção Pensadores. Seleção de textos: Jayme Salomão. Trad. Durval Marcondes *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1978.

